



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO ESTADO DE SANTA CATARINA

## 5º CONCURSO PÚBLICO PARA PROCURADOR DO ESTADO

# PROVA OBJETIVA

DIA: 26/10/2003

HORÁRIO: 08:00 horas às 13:00 horas

DURAÇÃO: 5 horas

### INSTRUÇÕES

Para fazer a prova, você usará:

- a) este caderno de prova com 17 (dezesete) folhas;
- b) um cartão-resposta.

Confira o número da prova com o número do cartão recebido. Confira, também, o tipo da prova (indicado abaixo) com o tipo da prova especificado no cartão-resposta.

Verifique, no caderno de prova, se faltam folhas, se a seqüência de questões, no total de **100** (cem), está correta e se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas. Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

Para cada questão são apresentadas **4** (quatro) alternativas diferentes de respostas (**A, B, C e D**), sendo que apenas uma delas constituirá a resposta correta, em relação ao enunciado da questão.

**Exemplo:** Suponha que a questão nº **10** tenha a resposta **C**.  
Veja como marcar essa resposta.

10	<input type="radio"/> A	<input type="radio"/> B	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/> D
----	-------------------------	-------------------------	----------------------------------	-------------------------

Para conferir suas respostas com o gabarito, anote-as no verso da via **CANDIDATO** do **comprovante de realização da prova**.

Ao terminar a prova, preencha com atenção os dados constantes no **comprovante de realização da prova** (via **CANDIDATO** e via **PGE**), que se encontra na última folha deste caderno. Destaque esta folha, separando a **via CANDIDATO** da **via PGE**.

Colha as rubricas do fiscal no **comprovante de realização da prova** (via **CANDIDATO** e via **PGE**).

Devolva o seu **CADERNO DE PROVA** e o seu **CARTÃO-RESPOSTA** ao fiscal de sala.

Mantenha a via **CANDIDATO** em seu poder até o fim do concurso, já que a apresentação da mesma será necessária em caso de interposição de recursos.

Finalmente, deposite a **via PGE** na urna, na presença do fiscal.

NÚMERO DA PROVA

SETOR / GRUPO / ORDEM

TIPO DA PROVA

**01) Analise as afirmativas abaixo.**

- I – As ações pessoais prescrevem, ordinariamente, em 20 (vinte) anos, as reais em 10 (dez), entre presentes, e entre ausentes em 15 (quinze) anos, contados a partir da data em que poderiam ter sido propostas.
- II – Aos 21 (vinte e um) anos completos acaba a menoridade, ficando habilitado o indivíduo para todos os atos da vida civil.
- III – A taxa dos juros moratórios, quando não convencionada, será de 6% (seis por cento) ao ano.
- IV – As mulheres menores de 16 (dezesseis) anos e os homens menores de 18 (dezoito) não podem casar.
- V – Somente à falta de descendentes ou ascendentes será deferida a sucessão ao cônjuge sobrevivente, e desde que, ao tempo da morte do outro, não esteja dissolvida a sociedade conjugal.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo o Código Civil:

- A.( ) Nenhuma das afirmativas.
- B.( ) I, III e V.
- C.( ) II e IV.
- D.( ) Somente III.

**02) Assinale a alternativa CORRETA.**

São pessoas jurídicas de direito público interno, segundo o Código Civil:

- A.( ) as fundações.
- B.( ) as associações.
- C.( ) as sociedades.
- D.( ) as autarquias.

**03) Assinale a alternativa CORRETA.**

Consideram-se bens imóveis, segundo o Código Civil:

- A.( ) as energias que tenham valor econômico.
- B.( ) o direito à sucessão aberta.
- C.( ) os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações.
- D.( ) os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes.

**04) Analise as afirmativas abaixo.**

- I – Havendo mais de um credor ou mais de um devedor na mesma obrigação, presume-se que sejam solidários, se diversamente não se ajustou.
- II – Há solidariedade quando, na mesma obrigação, concorre mais de um credor ou mais de um devedor, cada um com direito, ou obrigado, à respectiva cota-parte na dívida.
- III – O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores.
- IV – No caso de rateio entre os co-devedores, pela parte que na obrigação incumbia ao insolvente, contribuirão também os exonerados da solidariedade pelo credor.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo o Código Civil:

- A.( ) I e II.
- B.( ) I, III e IV.
- C.( ) III e IV.
- D.( ) Somente II.

**05)** Assinale a alternativa que **CONTEMPLA** os institutos de direito civil destinados a proteger as partes contra os danos do desequilíbrio contratual:

- A.( ) estado de perigo, lesão e resolução por onerosidade excessiva.
- B.( ) imputação do pagamento e revisão judicial dos contratos.
- C.( ) lesão, avulsão e resolução por onerosidade excessiva.
- D.( ) estado de perigo, remissão e revisão judicial dos contratos.

**06)** Assinale a alternativa **CORRETA**, segundo o Código Civil:

- A.( ) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas infungíveis.
- B.( ) A novação por substituição do devedor pode ser efetuada independentemente do consentimento deste.
- C.( ) A confusão só pode verificar-se a respeito de parte da dívida, nunca do total.
- D.( ) O credor não pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida.

**07)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – A requisição é um mecanismo legal de restrição à propriedade privada, em caso de perigo público iminente.
- II – A propriedade privada do solo abrange os recursos minerais e os monumentos arqueológicos que se encontram no respectivo subsolo.
- III – A aquisição da propriedade imóvel, por ato entre vivos, se perfaz com o contrato.
- IV – O tempo de posse para o usucapião de coisa móvel é de 5 (cinco) anos, independentemente de título ou boa-fé.
- V – É possível extinguir-se o direito de propriedade mediante renúncia do titular.

São **CORRETAS**, segundo o Código Civil:

- A.( ) I, III e IV.
- B.( ) I, IV e V.
- C.( ) II, III e V.
- D.( ) II, IV e V.

**08)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – Gera usucapião de imóvel a posse contínua e incontestada, pelo prazo de 10 (dez) anos, havendo justo título e boa-fé.
- II – Gera usucapião de imóvel a posse ininterrupta e sem oposição, com *animus domini*, pelo prazo de 15 (quinze) anos, independentemente de título e boa-fé.
- III – Gera usucapião a posse ininterrupta e sem oposição, com *animus domini*, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de área urbana não superior a 500m<sup>2</sup> (quinhentos metros quadrados), utilizada para fins comerciais ou de moradia, e desde que o possuidor não seja proprietário de outro imóvel.
- IV – Gera usucapião a posse ininterrupta e sem oposição, com *animus domini*, pelo prazo de 5 (cinco) anos, de área de terra em zona rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, utilizada pelo possuidor para fins de moradia e tornada produtiva pelo seu trabalho, não sendo o mesmo proprietário de outro imóvel.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo o Código Civil:

- A.( ) I, III e IV.
- B.( ) I, II e IV.
- C.( ) II, III e IV.
- D.( ) Nenhuma das afirmativas.

**09)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – No condomínio geral, o condômino pode alienar ou onerar a terceiros a sua parte ideal.
- II – No condomínio geral, a qualquer tempo pode o condômino exigir a divisão da coisa comum, desde que embasado em justa motivação.
- III – No condomínio edilício existem partes de propriedade comum e de propriedade exclusiva dos condôminos.
- IV – No condomínio edilício, cada condômino pode vender a sua unidade, desde que respeitado o direito de preferência dos demais.
- V – No condomínio edilício, é lícito ao condômino exigir a qualquer tempo a divisão das coisas comuns.

São **INCORRETAS**, segundo o Código Civil:

- A.( ) II, IV e V.
- B.( ) III, IV e V.
- C.( ) I, II e III.
- D.( ) I, IV e V.

**10)** Assinale a alternativa **CORRETA**.

São direitos reais previstos no Código Civil:

- A.( ) superfície, usufruto, direito do promitente comprador, penhor e locação.
- B.( ) propriedade, usufruto, uso, habitação e comodato.
- C.( ) propriedade, usufruto, habitação, penhor e anticrese.
- D.( ) propriedade, usufruto, penhor, hipoteca e rendas constituídas sobre imóveis.

**11)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – A superfície consiste no direito de construir ou plantar em imóvel alheio.
- II – A servidão proporciona utilidade ao prédio dominante sobre o serviente.
- III – Na hipoteca, o credor tem o direito de reter a coisa até o pagamento da dívida.
- IV – A anticrese dá ao credor o direito de excutir a coisa dada em garantia, bem como a preferência no pagamento em relação a outros credores.
- V – No penhor rural, a coisa empenhada permanece na posse do devedor.

São **CORRETAS**, segundo o Código Civil:

- A.( ) II, III e IV.
- B.( ) II, III e V.
- C.( ) I, IV e V.
- D.( ) I, II e V.

**12)** Assinale a alternativa **INCORRETA**, segundo o Código Civil:

- A.( ) A locação gera para o inquilino o direito real de uso da coisa.
- B.( ) A promessa de compra e venda sem cláusula de arrependimento, uma vez registrada, gera para o promitente comprador o direito real à aquisição do imóvel.
- C.( ) Na propriedade fiduciária o devedor transfere ao credor o domínio resolúvel da coisa, com o escopo de garantia.
- D.( ) Os navios e as aeronaves são passíveis de hipoteca.

13) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Na compra e venda é lícito às partes fixar o preço em função de índices ou parâmetros, desde que suscetíveis de objetiva determinação.
- II – É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação a bens excluídos da comunhão.
- III – O vendedor, salvo convenção em contrário, não responde pelos débitos que gravam a coisa no momento da tradição.
- IV – É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente houverem consentido.

É(São) **CORRETAS**, segundo o Código Civil:

- A.( ) II, III e IV.
- B.( ) I, II e IV.
- C.( ) Nenhuma das afirmativas.
- D.( ) Todas as afirmativas.

14) Assinale a alternativa **CORRETA**.

São absolutamente incapazes, segundo o Código Civil:

- A.( ) os menores de 16 (dezesseis) anos, os pródigos e os silvícolas.
- B.( ) os menores de 16 (dezesseis) anos, os ébrios habituais e os excepcionais sem desenvolvimento mental completo.
- C.( ) os menores de 16 (dezesseis) anos e os viciados em tóxicos.
- D.( ) os menores de 16 (dezesseis) anos e os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

15) Analise as afirmativas abaixo.

- I – A indenização é medida pela extensão do dano. Contudo, se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir eqüitativamente a indenização.
- II – Em caso de homicídio, a indenização deverá compreender a prestação de alimentos às pessoas a quem o morto os devia, desde a data da morte até, no máximo, a data em que o morto completaria 65 (sessenta e cinco) anos.
- III – Havendo direito à pensão correspondente à importância do trabalho para o qual ficou inabilitado em decorrência de ato ilícito cometido por outrem, o prejudicado poderá exigir que a indenização seja arbitrada e paga de uma só vez.

São **CORRETAS**, segundo o Código Civil:

- A.( ) II e III.
- B.( ) I e II.
- C.( ) I e III.
- D.( ) Todas as afirmativas.

16) Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

Para o descanso do trabalhador, entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo, consecutivo, de

- A.( ) 11 horas.
- B.( ) 12 horas.
- C.( ) 8 horas.
- D.( ) 10 horas.

17) Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho.

Nos processos que correm perante a Justiça do Trabalho, das decisões do Juiz ou Presidente cabe Agravo de Petição:

- A.( ) dos despachos que denegarem a interposição de recursos.
- B.( ) nas execuções.
- C.( ) das decisões proferidas, em recurso ordinário em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho.
- D.( ) das decisões definitivas dos Tribunais Regionais do Trabalho, nos dissídios coletivos, quando da sua competência originária.

18) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.

Aplica-se ao servidor, ocupante de cargo público, os seguintes direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

- I – a jornada diária de 6 horas para o trabalho realizado em turnos interruptos.
- II – reconhecimento das convenções coletivas e acordos coletivos de trabalho.
- III – remuneração do trabalho em horário noturno superior ao trabalho em horário diurno.
- IV – prazo prescricional de 5 anos para reclamar direitos salariais, até o limite de 2 anos após a exoneração.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com o §3º, do art. 39, da Constituição da República:

- A.( ) Somente IV.
- B.( ) I, II e III.
- C.( ) I e III.
- D.( ) Somente III.

19) Analise as afirmativas abaixo.

- I – O trabalhador urbano, admitido em caráter temporário, é dispensado da apresentação de sua Carteira de Trabalho e Previdência Social, se houver um contrato formalizado com o empregador devidamente comunicado ao Ministério do Trabalho.
- II – É facultado ao empregador distinguir entre o trabalho intelectual, técnico e manual.
- III – Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, considera-se horário noturno o trabalho entre as 22:00 horas de um dia e as 6:00 horas do dia seguinte, sendo cada 52 minutos e 30 segundos computados como hora plena.
- IV – Se o contrato de trabalho for por tempo determinado, o empregado não poderá se desligar do trabalho, sem justa causa, sob pena de ser obrigado a indenizar o empregador dos prejuízos que desse fato lhe resultarem.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho:

- A.( ) Somente IV.
- B.( ) I, II e III.
- C.( ) III e IV.
- D.( ) Somente III.

20) Analise as afirmativas abaixo.

- I – O direito processual comum sempre terá prevalência quando as normas do direito processual do trabalho forem incompatíveis com aquele.
- II – Também para Justiça do Trabalho é vedada a penhora de bens em domingos e feriados.
- III – As partes somente poderão consultar os processos de seu interesse, nos cartórios ou secretarias, acompanhadas de seus procuradores.
- IV – Nas causas de jurisdição da Justiça do Trabalho somente podem ser opostas, com suspensão do feito, as exceções de suspeição ou incompetência.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho:

- A.( ) II e IV.
- B.( ) I e III.
- C.( ) Somente IV.
- D.( ) Somente III.

21) Analise as afirmativas abaixo, tendo em vista o direito irrenunciável dos trabalhadores às férias anuais.

- I – As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito, admitindo-se, em casos excepcionais, o fracionamento em dois períodos, independentemente da quantidade de dias que lhe são devidos.
- II – Até o limite legal de um terço do período a que o empregado tem direito é possível a conversibilidade das férias em pecúnia.
- III – A conversão de um terço em pecúnia, tratando-se de direito potestativo, é ato unilateral do empregado, não sendo reconhecida a oposição patronal.
- IV – O empregado perceberá, durante o descanso anual, a remuneração que lhe for devida na data da sua concessão, com a integração de todos os ganhos habituais e compulsoriamente satisfeitos.

São **CORRETAS** as afirmativas:

- A.( ) I, II e IV.
- B.( ) II, III e IV.
- C.( ) I, II e III.
- D.( ) I, III e IV.

22) Assinale a alternativa que **NÃO CONTEMPLA** causa de interrupção do contrato de trabalho:

- A.( ) tempo necessário para tratamento de saúde após os 15 (quinze) primeiros dias.
- B.( ) afastamento da empregada para gozo de licença-maternidade.
- C.( ) faltas justificadas para os casos de falecimento, casamento próprio, doação voluntária de sangue e alistamentos militar e eleitoral.
- D.( ) afastamento por motivo de gozo de licença-paternidade.

23) A propósito do contrato de trabalho, analise as afirmativas abaixo.

- I – Embora seja de interesse público, o contrato de trabalho é considerado um contrato de direito privado, porque é estabelecido na órbita das relações privadas dos cidadãos.
- II – As normas de Direito do Trabalho que regulam os contratos de trabalho são prevalentemente de ordem pública e, nessa condição, são irrenunciáveis.
- III – O contrato de trabalho é regido unicamente pelas leis de direito público.
- IV – O contrato de trabalho poderá ser acordado verbalmente, não havendo necessidade de um documento solene para que tenha existência legal.

São **CORRETAS** as afirmativas:

- A.( ) I, II, III.
- B.( ) II, III e IV.
- C.( ) I, III e IV.
- D.( ) I, II e IV.

24) Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a Constituição da República.

- A.( ) O trabalho noturno, perigoso ou insalubre, é proibido para menores de 16 (dezesesseis) anos, assim como qualquer trabalho é proibido a menores de 14 (catorze) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 (doze) anos.
- B.( ) O trabalho noturno, perigoso ou insalubre, é proibido para menores de 18 (dezoito) anos, assim como qualquer trabalho é proibido a menores de 14 (catorze) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 (doze) anos.
- C.( ) O trabalho noturno, perigoso ou insalubre, é proibido para menores de 18 (dezoito) anos, assim como qualquer trabalho é proibido a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (catorze) anos.
- D.( ) O trabalho noturno, perigoso ou insalubre, é proibido para menores de 16 (dezesesseis) anos, assim como qualquer trabalho é proibido a menores de 14 (catorze) anos, inclusive na condição de aprendiz.

25) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Os partidos políticos são beneficiários da imunidade tributária sobre o patrimônio, a renda e os serviços.
- II – As entidades sindicais dos trabalhadores são beneficiárias da imunidade tributária sobre o patrimônio, a renda e os serviços.
- III – Não gozam de imunidade tributária as autarquias, estaduais ou municipais, que cobram tarifas pelos serviços prestados aos usuários.
- IV – Os templos de qualquer culto gozam da imunidade tributária de qualquer espécie de impostos.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com o art. 150 da Constituição da República:

- A.( ) Somente I e III.
- B.( ) Todas as afirmativas.
- C.( ) Somente II e IV.
- D.( ) Somente IV.



**26)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – A não incidência tributária abrange a imunidade, a anistia e a isenção tributária.
- II – Os tributos previstos são os impostos, as taxas e as contribuições previdenciárias.
- III – A competência tributária do Estado pode ser exercida pelos Municípios dentro de seu território, na hipótese do seu não-exercício pelo Estado.
- IV – Para preservar os seus interesses de arrecadação, os Estados podem estabelecer diferença tributária entre bens de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

São **INCORRETAS**, de acordo com a Constituição da República e o Código Tributário Nacional:

- A.( ) Somente II e III.
- B.( ) Somente I e II.
- C.( ) Todas as afirmativas.
- D.( ) Somente I e IV.

**27)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com o Código Tributário Nacional.

Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- A.( ) I – a analogia;  
II – os princípios gerais do direito tributário;  
III – os princípios gerais de direito público;  
IV – a equidade.
- B.( ) I – os princípios gerais do direito tributário;  
II – os princípios gerais do direito público;  
III – a analogia;  
IV – a equidade.
- C.( ) I – os princípios gerais de direito público;  
II – os princípios gerais do direito tributário;  
III – a equidade;  
IV – a analogia.
- D.( ) I – a analogia;  
II – os princípios gerais de direito público;  
III – os princípios gerais do direito tributário;  
IV – a equidade.

**28)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – O arrematante de um bem imóvel em hasta pública em juízo não se sub-roga pela obrigação tributária anterior, incidente sobre o bem arrematado.
- II – A capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais.
- III – Sujeito ativo da obrigação tributária é a pessoa obrigada ao pagamento do tributo ou da penalidade pecuniária.
- IV – Interpreta-se literalmente a legislação tributária que dispõe sobre a dispensa do cumprimento de obrigações tributárias acessórias.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- A.( ) Somente II.
- B.( ) I e IV.
- C.( ) II e IV.
- D.( ) Somente IV.

29) Analise as afirmativas abaixo.

- I – A constituição do crédito tributário dá-se pelo lançamento, que deve reportar-se à data da ocorrência do fato gerador, regendo-se pela lei então vigente.
- II – O lançamento do crédito tributário é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando, na forma da legislação tributária, prestam à autoridade administrativa as informações sobre a matéria do fato, indispensáveis à sua efetivação.
- III – O lançamento do crédito tributário é considerado por homologação, e se opera quando a autoridade toma conhecimento do tributo recolhido e da atividade exercida pelo obrigado, homologando-a expressamente.
- IV – A anistia exclui a exigência do crédito tributário decorrente dos tributos devidos pelo contribuinte.

São **CORRETAS**, de acordo com o Código Tributário Nacional:

- A.( ) I, III e IV.
- B.( ) I, II e III.
- C.( ) I, II e IV.
- D.( ) Somente I e II.

30) A propósito da Dívida Ativa da Fazenda Pública, analise as afirmativas abaixo.

- I – A cobrança judicial é disciplinada pela Lei nº 6.830/80, tendo aplicação subsidiária o Código de Processo Civil.
- II – Qualquer valor, cuja cobrança seja atribuída por lei à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às respectivas autarquias, será considerado Dívida Ativa da Fazenda Pública.
- III – Considera-se Dívida Ativa da Fazenda Pública somente a tributária, a qual abrange atualização monetária, juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato.
- IV – A inscrição, que se constitui no ato de controle administrativo da legalidade, será feita pelo órgão competente para apurar a liquidez e certeza do crédito e suspenderá a prescrição, para todos os efeitos de direito, por 180 (cento e oitenta) dias ou até a distribuição da execução fiscal, se esta ocorrer antes de findo aquele prazo.

São **CORRETAS** as afirmativas:

- A.( ) I, II e IV.
- B.( ) III e IV.
- C.( ) I, II e III.
- D.( ) Todas as afirmativas.

31) A propósito da execução da Dívida Ativa da Fazenda Pública, é **INCORRETO** afirmar que:

- A.( ) A cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, liquidação, inventário ou arrolamento, verificando-se o concurso, de preferência, somente entre as pessoas jurídicas de direito público.
- B.( ) Na falência, como um processo de execução coletiva, todos os bens do falido são arrecadados para venda judicial forçada, inclusive os penhorados nas execuções fiscais, que são suspensas com a declaração da quebra da devedora.
- C.( ) Ajuizada a execução fiscal anteriormente à falência, com penhora realizada antes desta, não ficam os bens penhorados sujeitos à arrecadação no juízo falimentar; proposta a execução fiscal contra a massa falida, a penhora far-se-á no rosto dos autos do processo da quebra, citando-se o síndico.
- D.( ) A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública só é admissível em sede de embargos, após a execução fiscal estar devidamente garantida, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição de indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.

**32)** Assinale a alternativa que complementa **CORRETAMENTE** a afirmativa abaixo.

A certidão de dívida ativa, como título executivo extrajudicial, poderá ser emendada ou substituída nos autos da execução fiscal até...

- A.( ) os embargos.
- B.( ) a citação.
- C.( ) a penhora.
- D.( ) a decisão de primeira instância.

**33)** A propósito dos sujeitos da obrigação tributária, é **CORRETO** afirmar que:

- A.( ) O município que se constituir do desmembramento territorial de outro não se sub-roga nos direitos deste, somente lhe sendo lícito aplicar sua própria legislação tributária tão logo esta entre em vigor.
- B.( ) Diz-se responsável o sujeito passivo da obrigação principal que tenha alguma relação com a situação que constitui o respectivo fato gerador.
- C.( ) Sujeito ativo da obrigação é a pessoa jurídica de direito privado competente para exigir o seu cumprimento.
- D.( ) Não podem ser opostas à Fazenda Pública, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes, as convenções particulares relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, salvo disposição de lei em contrário.

**34)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – A consignação em pagamento, independentemente do resultado da respectiva ação, é causa de extinção do crédito tributário.
- II – A remissão constitui causa de exclusão do crédito tributário.
- III – A isenção não é causa de extinção do crédito tributário.
- IV – O parcelamento, a moratória e a concessão de tutela antecipada são causas de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo o Código Tributário Nacional:

- A.( ) Somente IV.
- B.( ) III e IV.
- C.( ) Todas as afirmativas.
- D.( ) Nenhuma das afirmativas.

**35)** Em relação à prescrição e à decadência, previstas no Código Tributário Nacional, analise as afirmativas abaixo.

- I – A prescrição é a perda da ação atribuída a um direito e de toda a sua capacidade defensiva, em consequência do não uso dela durante determinado espaço de tempo, sendo de 5 (cinco) anos o prazo previsto para o ingresso da ação visando à cobrança do crédito tributário, contados a partir da data da sua constituição definitiva.
- II – Na decadência, o prazo não se interrompe, nem se suspende, corre contra todos e é fatal, peremptório, terminando sempre no dia pré-estabelecido.
- III – Prescrição e decadência são modalidades de extinção do crédito tributário.
- IV – O tempo decorrido entre a concessão da moratória e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito tributário, nos casos de dolo ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele.

É(São) **INCORRETA(S)**:

- A.( ) Nenhuma das afirmativas.
- B.( ) I e III.
- C.( ) II e IV.
- D.( ) Todas as afirmativas.

36) Sobre a denunciação da lide na execução fiscal, é **CORRETO** afirmar que:

- A.( ) cabe somente se argüida nos embargos do devedor.
- B.( ) cabe quando feita em desfavor do substituto tributário.
- C.( ) cabe em caso de litisconsórcio facultativo.
- D.( ) não é admitida em nenhuma hipótese na execução fiscal.

37) No caso de encerramento irregular das atividades comerciais de uma sociedade por cotas de responsabilidade limitada, sem qualquer reserva de bens ou rendas para garantir o pagamento do crédito tributário constituído e lançado pelo fisco, é **CORRETO** afirmar que:

- A.( ) O sócio-gerente responderá, solidária e ilimitadamente, pelo cumprimento da obrigação tributária inadimplida se laborou com excesso de mandato ou contra a lei.
- B.( ) O sócio-gerente não poderá ter seus bens penhorados para garantir a execução de crédito tributário não recolhido na época própria.
- C.( ) O sócio-gerente responderá com seus bens pelas dívidas da empresa até o limite de sua participação no capital da empresa, ainda que os fatos geradores sejam anteriores à sua participação na empresa.
- D.( ) Todos os sócios, independentemente de ocuparem cargos de gerência, poderão ter seus bens penhorados em garantia da dívida tributária reclamada.

38) A respeito da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, que, por força do Ato Complementar nº 36/67, passou a denominar-se Código Tributário Nacional, é **CORRETO** afirmar que:

- A.( ) É uma lei complementar por efeito do próprio Ato Complementar nº 36/67.
- B.( ) É uma lei complementar sem qualquer peculiaridade.
- C.( ) É uma lei ordinária sem qualquer particularidade.
- D.( ) É uma lei ordinária com força de lei complementar.

39) Assinale a alternativa **CORRETA**.

O art. 148 da Constituição da República estabelece a necessária vinculação da arrecadação com a destinação da receita, com respeito ao(à):

- A.( ) empréstimo compulsório.
- B.( ) contribuição de melhoria.
- C.( ) imposto sobre produtos industrializados.
- D.( ) imposto sobre operações financeiras.

40) Assinale a alternativa **CORRETA**.

A anistia, como modalidade de exclusão do crédito tributário, abrange exclusivamente...

- A.( ) o montante do tributo devido e as infrações tributárias.
- B.( ) o montante do tributo devido, as infrações tributárias e a correção monetária.
- C.( ) o montante do tributo devido, os juros de mora e a correção monetária.
- D.( ) as infrações tributárias cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

**41) Assinale a alternativa CORRETA.**

A absorção de uma ou mais pessoas jurídicas de direito privado por outra, que as sucede em todas as obrigações tributárias pendentes até a data da operação, denomina-se...

- A. ( ) cisão.
- B. ( ) fusão.
- C. ( ) transformação.
- D. ( ) incorporação.

**42) Analise as afirmativas abaixo.**

- I – O crédito tributário é montante incontroverso da obrigação tributária.
- II – Para a constituição definitiva do crédito tributário é irrelevante o tempo que a administração leva para examinar a impugnação ao lançamento e os recursos subseqüentes.
- III – O imposto sobre circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, o imposto de importação e o imposto de renda são lançados por declaração.
- IV – Os princípios gerais de direito civil não são utilizados na integração da legislação tributária.

São **CORRETAS**, segundo o Código Tributário Nacional:

- A. ( ) II e IV.
- B. ( ) I e III.
- C. ( ) I e II.
- D. ( ) III e IV.

**43) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.**

Cometerá crime de falsidade ideológica quem:

- I – falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.
- II – falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro.
- III – atestar ou certificar falsamente, em razão de função pública, fato ou circunstância que habilite alguém a obter cargo público, isenção de ônus ou de serviço de caráter público, ou qualquer outra vantagem.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com o Código Penal:

- A. ( ) Somente I.
- B. ( ) Somente II.
- C. ( ) Somente III.
- D. ( ) Nenhuma das afirmativas.

44) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.

Servidor público comete o crime de peculato quando:

- I – se apropria de valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo.
- II – exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- III – solicita ou recebe, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceita promessa de tal vantagem.
- IV – desvia dinheiro público, de que tem a posse em razão do cargo, em proveito alheio.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com o Código Penal:

- A.( ) III e IV.
- B.( ) Somente I.
- C.( ) Somente II.
- D.( ) I e IV.

45) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Nos crimes praticados em detrimento do patrimônio do Estado de Santa Catarina, a ação pública depende da representação do Procurador Geral do Estado.
- II – Ação penal por crime de sonegação fiscal contra o Estado é pública e condicionada.
- III – Toda ação penal é pública condicionada, salvo disposição expressa em sentido contrário.
- IV – Nos crimes em que a ação pública é condicionada, a falta de representação constitui-se em vício que pode ser sanado.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com o Código de Processo Penal.

- A.( ) Nenhuma das afirmativas.
- B.( ) Somente II.
- C.( ) Somente IV.
- D.( ) Somente III.

46) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Tem legitimidade para impetrar *habeas corpus* em favor de quem sofrer violência ou constrangimento ilegal: o próprio ofendido, qualquer do povo ou o representante do Ministério Público.
- II – Não cabe *habeas corpus* contra a prisão administrativa dos responsáveis por dinheiro ou valor pertencente à Fazenda Pública, omissos em fazer o seu recolhimento nos prazos legais, salvo se provarem que o débito foi quitado ou se a prisão exceder o prazo legal.
- III – Quando a autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público praticar atos de abuso de poder, a parte prejudicada poderá optar entre o mandado de segurança, o *habeas corpus* e o *habeas data*.
- IV – Se o *habeas corpus* for concedido ao impetrante, em virtude da nulidade do processo, este será renovado.

São **CORRETAS**, de acordo com a Constituição Federal e o Código de Processo Penal:

- A.( ) I, III e IV.
- B.( ) Todas as afirmativas.
- C.( ) I e III.
- D.( ) I, II e IV.

47) Analise as afirmativas abaixo.

- I – A sentença absolutória que decidir que o fato imputado ao acusado não constitui crime impede a propositura de ação civil, na hipótese de ocorrência de danos.
- II – O acusado, condenado criminalmente, somente será obrigado a indenizar o dano causado pelo crime se, na sentença condenatória, houver determinação nesse sentido.
- III – É automática a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, se houver condenação à pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano.
- IV – É obrigatório o recurso de ofício da sentença que conceder *habeas corpus*.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com o Código Penal e o Código de Processo Penal:

- A.( ) Todas as afirmativas.
- B.( ) Somente IV.
- C.( ) Nenhuma das afirmativas.
- D.( ) I e III.

48) Assinale a alternativa que complementa **CORRETAMENTE** a afirmativa abaixo.

O atributo que torna o ato administrativo coercível é...

- A.( ) presunção de legitimidade.
- B.( ) auto-executoriedade.
- C.( ) imperatividade.
- D.( ) discricionariedade.

49) Relativamente ao Poder de Polícia, é **CORRETO** afirmar que:

- A.( ) tem como atributos a discricionariedade e a auto-executoriedade.
- B.( ) dele decorre o poder de impor sanções aos administrados, as quais, mesmo no caso de multas, são sempre auto-executáveis.
- C.( ) os atos praticados com fundamento nesse poder não se submetem ao controle do Poder Judiciário.
- D.( ) é poder administrativo intransferível e indelegável.

50) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Competência, finalidade e forma são elementos sempre vinculados do ato administrativo.
- II – O abuso de poder por desvio de finalidade ocorre quando a autoridade pública pratica o ato administrativo excedendo sua competência legal.
- III – O poder discricionário se caracteriza como a prerrogativa de praticar uma ação excedente à lei.
- IV – Pela hierarquia se impõe ao subalterno a estrita obediência às ordens superiores, inclusive às ilegais.

É(São) **CORRETA(S)**:

- A.( ) Nenhuma das afirmativas.
- B.( ) II e III.
- C.( ) Todas as afirmativas.
- D.( ) Somente I.

**51) Assinale a alternativa CORRETA.**

Um ato administrativo de nomeação de servidor público para cargo efetivo, sem a necessária aprovação em concurso público, deverá...

- A.( ) ser anulado, tanto pelo Poder Judiciário como pela própria Administração Pública, em ambos os casos com eficácia *ex tunc*.  
 B.( ) ser revogado pela Administração Pública, com eficácia *ex nunc*.  
 C.( ) ser revogado pelo Poder Judiciário, com eficácia *ex tunc*.  
 D.( ) ser anulado exclusivamente pelo Poder Judiciário, com eficácia *ex tunc*.

**52) Assinale a alternativa CORRETA, considerando as espécies dos atos administrativos:**

- A.( ) Os pareceres são atos administrativos enunciativos, sempre vinculantes para a Administração Pública.  
 B.( ) Os Decretos, de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, são atos administrativos ordinatórios.  
 C.( ) Aprovação é ato administrativo negocial, pelo qual o Poder Público limita-se a verificar os aspectos de legalidade de um ato, para dar-lhe ou não eficácia.  
 D.( ) Permissão de uso de bem público é ato administrativo negocial.

**53) Considerando os enunciados abaixo, analise as afirmativas seguintes.**

A licitação visa:

- I – garantir o princípio constitucional da isonomia.  
 II – selecionar a proposta mais vantajosa.

A licitação será julgada em estrita conformidade com os seguintes princípios básicos:

- III – da legalidade, da probidade administrativa e da publicidade.  
 IV – da impessoalidade, moralidade e vinculação ao instrumento convocatório.

São **CORRETAS**, de acordo com a Lei nº 8.666/93:

- A.( ) Somente I, II e III.  
 B.( ) Todas as afirmativas.  
 C.( ) Somente I, II e IV.  
 D.( ) Somente I, III e IV.

**54) Analise as afirmativas abaixo.**

- I – É hipótese de dispensa de licitação a contratação de serviços técnicos de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização.  
 II – As modalidades de licitação – concorrência, tomada de preços ou convite – são determinadas em função de limite de preços, estabelecido pela lei.  
 III – Na modalidade de convite é dispensável a comprovação da regularidade do licitante relativa ao INSS e ao FGTS.  
 IV – Nos convites é dispensável a formalização do competente processo administrativo.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Lei nº 8.666/93:

- A.( ) Todas as afirmativas.  
 B.( ) I e II.  
 C.( ) Somente II.  
 D.( ) Nenhuma das afirmativas.



**55)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – Qualquer licitante, que tiver sido julgado habilitado na fase própria, poderá ser declarado inabilitado, na fase de julgamento das propostas, se constatado equívoco no julgamento da habilitação.
- II – Na contratação pela administração pública, o instrumento do contrato pode ser substituído por carta-convite, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço, ressalvadas as hipóteses de concorrência e tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam nos limites dessas duas modalidades de licitação.
- III – O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato e, no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.
- IV – Não cabe recurso administrativo da decisão da administração que declarar inabilitado qualquer dos licitantes.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Lei nº 8.666/93:

- A. ( ) II e III.
- B. ( ) Todas as afirmativas.
- C. ( ) I, II e III.
- D. ( ) Nenhuma das afirmativas.

**56)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – A Administração Pública, no âmbito do Processo Administrativo, não está obrigada a anular seus próprios atos, quando eivados de vício ou ilegalidade.
- II – A Administração Pública, no tocante ao Processo Administrativo, obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.
- III – É vedada a aplicação retroativa de nova interpretação em Processo Administrativo.

É(São) **CORRETA(S)**.

- A. ( ) Somente II.
- B. ( ) Somente I e II.
- C. ( ) Somente I e III.
- D. ( ) Somente II e III.

**57)** A atividade da Administração Pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos, chama-se:

- A. ( ) Serviço Público.
- B. ( ) Poder de Polícia.
- C. ( ) Fomento Econômico.
- D. ( ) Intervenção na Economia.

**58)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – Incluem-se entre os Princípios Fundamentais da Constituição da República do Brasil, “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”.
- II – O exercício da atividade econômica pelo Estado é, em linha de princípio, vedado, só sendo permitido quando necessário aos imperativos da segurança nacional ou para atender a relevante interesse coletivo.
- III – Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, a função de planejamento, sendo este determinante para o setor público e para o setor privado.
- IV – Constitui monopólio da União a importação de gás natural e o comércio de minérios nucleares.
- V – O serviço postal e a navegação aeroespacial são serviços privativos da União que não admitem exploração através de concessão ou permissão.

De acordo com a Constituição da República, é(são) **CORRETA(S)**:

- A.( ) I, II e IV.
- B.( ) I, III e V.
- C.( ) IV e V.
- D.( ) Somente III.

**59)** Assinale a alternativa **CORRETA**, de acordo com a Constituição da República.

- A.( ) A decretação de intervenção federal dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, no caso de recusa à execução de lei federal.
- B.( ) A decretação de intervenção federal, para assegurar a forma republicana, o sistema representativo e o regime democrático, dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Presidente da República.
- C.( ) A decretação de intervenção federal, no caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de requisição do Procurador-Geral da República.
- D.( ) Caberá intervenção estadual em município que não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal no desenvolvimento do ensino.

**60)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, nos termos de lei complementar, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional.
- II – Compete privativamente à União legislar sobre direito civil, comercial, eleitoral e econômico.
- III – A competência para legislar sobre orçamento, juntas comerciais e propaganda comercial é concorrente entre a União, os Estados-Membros e o Distrito Federal.
- IV – Os Estados poderão, mediante lei, criar, organizar e suprimir distritos.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) Nenhuma das afirmativas.
- B.( ) II, III e IV.
- C.( ) Todas as afirmativas.
- D.( ) Somente I.

**61)** Assinale a alternativa **INCORRETA**, segundo a Constituição da República:

- A.( ) É de competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar.
- B.( ) Aos juízes federais compete processar e julgar as causas em que a União, sociedade de economia mista federal ou empresa pública federal forem interessadas.
- C.( ) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar a escolha dos diretores do Banco Central.
- D.( ) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo estadual contrário à Constituição Federal.

**62)** Assinale a alternativa **CORRETA**.

De acordo com a Constituição da República, as ações de ressarcimento ao erário...

- A.( ) são imprescritíveis.
- B.( ) prescrevem em 5 anos.
- C.( ) prescrevem em 10 anos.
- D.( ) prescrevem em 20 anos.

**63)** Assinale a alternativa **CORRETA**, segundo a Constituição da República:

- A.( ) É facultado ao poder público municipal exigir, nos termos da lei estadual, que o proprietário de terreno não edificado promova o seu adequado aproveitamento.
- B.( ) A competência para desapropriar terras que não estejam cumprindo sua função social, para fins de reforma agrária, é comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.
- C.( ) Na desapropriação para fins de reforma agrária, as benfeitorias necessárias serão indenizadas em dinheiro.
- D.( ) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre desapropriação.

**64)** Assinale a alternativa **CORRETA**.

É competente para julgar o Governador do Estado, por crime comum, segundo a Constituição da República:

- A.( ) o Supremo Tribunal Federal.
- B.( ) o Superior Tribunal de Justiça.
- C.( ) o Tribunal de Justiça Estadual.
- D.( ) a Assembléia Legislativa.

65) Analise as afirmativas abaixo.

- I – O Presidente da República é obrigado a enviar ao Congresso Nacional os projetos de lei do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual, enquanto aos Governadores cabe tão somente encaminhar à Assembléia Legislativa o projeto de lei das diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, e aos Prefeitos cabe tão somente encaminhar o projeto da lei orçamentária anual.
- II – Os dispositivos da lei de diretrizes orçamentárias que forem incompatíveis com o plano plurianual, face ao fato de terem sido posteriores, revogam, pela incompatibilidade, os dispositivos do plano plurianual.
- III – O projeto do plano plurianual e o da lei orçamentária anual são de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, mas o projeto de lei das diretrizes orçamentárias também pode ser de iniciativa do Poder Legislativo.
- IV – A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, será exercida pelo Tribunal de Contas da União.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) Somente I e IV.
- B.( ) Todas as afirmativas.
- C.( ) Somente I e II.
- D.( ) Nenhuma das afirmativas.

66) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.

O mandado de injunção é concedido sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável(inviáveis):

- I – o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- II – as prerrogativas inerentes à nacionalidade.
- III – as prerrogativas inerentes à soberania.
- IV – as prerrogativas inerentes à cidadania.

São **CORRETAS**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) Somente I, II e IV.
- B.( ) Somente I, II e III.
- C.( ) Somente I, III e IV.
- D.( ) Todas as afirmativas.

67) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo:

- I – ao patrimônio público.
- II – ao patrimônio de entidade de que o Estado participe.
- III – à moralidade administrativa.
- IV – ao meio ambiente.
- V – ao patrimônio histórico.

São **CORRETAS**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) Todas as afirmativas.
- B.( ) Somente I, III e V.
- C.( ) Somente I, IV e V.
- D.( ) Somente I e II.

68) Analise as afirmativas abaixo.

- I – A prática de racismo constitui crime afiançável e prescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- II – Constitui crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- III – Às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de criação até 12 anos.
- IV – Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico, contrabando e descaminho, na forma da lei.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) I e III.
- B.( ) Somente II.
- C.( ) Somente IV.
- D.( ) II e III.

69) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Conceder-se-á mandado de segurança, para proteger direito líquido e certo, sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais.
- II – Conceder-se-á mandado de injunção para assegurar informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, ou para retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo pelo processo sigiloso, judicial ou administrativo.
- III – São gratuitas as ações de *habeas data* e *habeas corpus* e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- IV – Somente será decretada a prisão por ordem escrita e fundamentada de autoridade policial competente e nos casos de inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) II e III.
- B.( ) I e IV.
- C.( ) Somente IV.
- D.( ) Somente III.

**70)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a irredutibilidade do salário, salvo em decorrência de decisão judicial com trânsito em julgado.
- II – Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- III – Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a garantia de salário, nunca inferior ao mínimo para os que percebem remuneração variável.
- IV – Constitui direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) II e III.
- B.( ) I e III.
- C.( ) Somente IV.
- D.( ) III e IV.

**71)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – São privativos de brasileiros natos somente os cargos da Carreira Diplomática e de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- II – A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até 1 (um) ano da data de sua vigência.
- III – São inelegíveis os inalistáveis, os analfabetos e os militares alistáveis.
- IV – Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, terão seus estatutos registrados no Tribunal Regional Eleitoral.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) Somente II.
- B.( ) I e III.
- C.( ) Somente IV.
- D.( ) II e IV.

**72)** Analise as afirmativas abaixo.

- I – É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: legislar sobre o trânsito, transporte, águas e comércio e propaganda comercial.
- II – Compete privativamente à União legislar sobre: juntas comerciais, custas de serviços forenses, assistência judiciária e defensoria pública.
- III – A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual no que lhe for contrário.
- IV – Compete à União, aos Estados e aos Municípios legislar sobre: criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas, procedimento em matéria processual e em assistência jurídica e defensoria pública.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) II e III.
- B.( ) III e IV.
- C.( ) Somente IV.
- D.( ) Somente III.

73) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Compete ao Poder Legislativo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.
- II – A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.
- III – As usinas que operam com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei municipal e estadual, sem o que não poderão ser instaladas.
- IV – O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

É(São) **CORRETA(S)**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) Somente IV.
- B.( ) I e II.
- C.( ) II e IV.
- D.( ) II e III.

74) Analise as afirmativas abaixo.

- I – A Justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.
- II – A União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III – É vedada a reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- IV – As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.

São **CORRETA(S)**, de acordo com a Constituição da República:

- A.( ) I, III e IV.
- B.( ) I, II e IV.
- C.( ) Somente III e IV.
- D.( ) Somente II e III.

75) Analise as afirmativas abaixo.

- I – A incompetência absoluta somente pode ser alegada via exceção.
- II – A incompetência absoluta é afastada pela prevenção.
- III – A incompetência absoluta pode ser declarada de ofício.
- IV – A incompetência absoluta poderá ser argüida em preliminar da contestação.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo o Código de Processo Civil:

- A.( ) II e III.
- B.( ) I e III.
- C.( ) Somente IV.
- D.( ) III e IV.

76) Analise as afirmativas abaixo.

- I – A sentença que decide o processo cautelar tem apelação recebida no efeito devolutivo.
- II – Fazem coisa julgada os motivos, ainda que importantes para determinar o alcance do dispositivo da sentença.
- III – Denomina-se coisa julgada material a eficácia que torna imutável e indiscutível a sentença, não mais sujeita a recurso ordinário ou extraordinário.
- IV – Ao publicar a sentença terminativa, o juiz cumpre e acaba o ofício jurisdicional, não podendo mais alterá-la.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo o Código de Processo Civil:

- A.( ) I e II.
- B.( ) I e III.
- C.( ) Somente III.
- D.( ) III e IV.

77) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgamento proferido em apelação e em ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.
- II – Cabem embargos infringentes quando o acórdão não unânime houver reformado, em grau de apelação, a sentença de mérito, ou houver julgado procedente a ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.
- III – Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime e forem interpostos simultaneamente embargos infringentes e recurso extraordinário ou recurso especial, ficarão estes sobrestados até o julgamento daquele.
- IV – Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo do recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo o Código de Processo Civil:

- A.( ) Somente III.
- B.( ) I e II.
- C.( ) II e IV.
- D.( ) III e IV.

78) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias, após intimadas as partes da apresentação do laudo.
- II – Os assistentes técnicos oferecerão seus pareceres no prazo comum de 10 (dez) dias após a apresentação do laudo, independentemente de intimação.
- III – Incumbe às partes, no prazo que o juiz fixar ao designar a data da audiência, depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, profissão, residência e o local de trabalho; omitindo-se o juiz, o rol será apresentado até 10 (dez) dias antes da audiência.
- IV – Incumbe à parte, 5 (cinco) dias antes da audiência, depositar em cartório o rol de testemunhas, precisando-lhes o nome, a profissão e a residência.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo o Código de Processo Civil:

- A.( ) I e III.
- B.( ) I e II.
- C.( ) Somente III.
- D.( ) III e IV.



79) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Os procedimentos judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos terão prioridade na tramitação de todos os atos e diligências em qualquer instância.
- II – Quando a interdição for requerida pelo órgão do Ministério Público, o juiz nomeará curador à lide ao interditando.
- III – Desaparecendo alguém do seu domicílio sem deixar representante a quem caiba administrar-lhe os bens, ou deixando mandatário que não queira ou não possa continuar a exercer o mandato, declarar-se-á a sua ausência.
- IV – Nos casos em que a lei civil considere jacente a herança, o juiz, em cuja comarca tiver domicílio o falecido, procederá sem perda de tempo à arrecadação de todos os seus bens.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo o Código de Processo Civil:

- A.( ) Somente III.
- B.( ) Somente II e III.
- C.( ) II, III e IV.
- D.( ) Somente III e IV.

80) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o Código de Processo Civil.

- A.( ) Decorrido o prazo, extingue-se, independente de declaração judicial, o direito de praticar o ato, ficando salvo, porém, à parte provar que o não realizou por justa causa.
- B.( ) A desistência da ação produzirá efeitos independentemente de homologação por sentença.
- C.( ) Os atos processuais realizar-se-ão em dias úteis, das 6 (seis) às 19 (dezenove) horas, podendo ser concluídos depois das 19 (dezenove) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.
- D.( ) Extingue-se o processo sem julgamento do mérito quando o juiz decretar a decadência ou indeferir a petição inicial.

81) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o Código de Processo Civil.

- A.( ) Dá-se a insolvência toda vez que as dívidas forem iguais às importâncias dos bens do devedor.
- B.( ) O credor que estiver, por direito de retenção, na posse de coisa pertencente ao devedor, não poderá promover a execução sobre outros bens senão depois de excutida a coisa que se achar em seu poder.
- C.( ) A citação do réu, na liquidação por arbitramento e na liquidação por artigos, será feita por mandado, não admitindo-se a citação feita pelo correio.
- D.( ) O devedor de obrigação de entrega de coisa certa, constante de título executivo extrajudicial, será citado para, dentro de 24 (vinte e quatro) horas, satisfazer a obrigação ou, seguro o juízo (art. 737, II), apresentar embargos.

82) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o Código de Processo Civil.

- A.( ) Dá-se a continência entre duas ou mais ações quando lhes for comum o objeto e a causa de pedir.
- B.( ) Aceitando a nomeação à autoria, incumbirá ao réu promover-lhe a citação; recusando, ficará sem efeito a nomeação.
- C.( ) A assistência tem lugar em qualquer dos tipos de procedimento e em todos os graus da jurisdição; mas o assistente recebe o processo no estado em que se encontra.
- D.( ) Correndo em separado ações conexas perante juízes que têm a mesma competência territorial, considera-se prevento aquele em que primeiro ocorreu a citação válida.

83) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o Código de Processo Civil.

- A.( ) Nos embargos infringentes e na ação rescisória, devolvidos os autos pelo relator, a secretaria do tribunal expedirá cópias autenticadas do relatório e as distribuirá entre os juízes que compuserem o tribunal competente para o julgamento.
- B.( ) Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se entender conveniente.
- C.( ) Os embargos declaratórios serão opostos, no prazo de 5 (cinco) dias, em petição dirigida ao juiz ou relator, com indicação do ponto duvidoso, contraditório ou omissivo, não estando sujeito a preparo.
- D.( ) Os recursos interpostos nas causas de procedimento sumário deverão ser julgados no tribunal, dentro de 60 (sessenta) dias.

84) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o Código de Processo Civil.

- A.( ) O inventário e a partilha devem ser requeridos dentro de 15 (quinze) dias a contar da abertura da sucessão, ultimando-se nos 12 (doze) meses subsequentes.
- B.( ) Antes da partilha, não poderão os credores do espólio requerer ao juízo do inventário o pagamento das dívidas vencidas e exigíveis.
- C.( ) Se os herdeiros não concordarem com o valor dos bens declarados pela Fazenda Pública, a avaliação cingir-se-á aos demais.
- D.( ) Não se expedirá carta precatória para a avaliação de bens situados fora da comarca por onde corre o inventário, se eles forem de pequeno valor ou perfeitamente conhecidos do perito nomeado.

85) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o Código de Processo Civil.

- A.( ) O juiz, de ofício, pode decretar o seqüestro de bens móveis, semoventes ou imóveis, quando lhes for disputada a propriedade ou a posse, havendo fundado receio de rixas ou danificações.
- B.( ) A medida cautelar poderá ser substituída, de ofício ou a requerimento de qualquer das partes, pela prestação de caução ou outra garantia menos gravosa para o requerido, sempre que adequada e suficiente para evitar a lesão ou repará-la integralmente.
- C.( ) No processo de justificação o prazo para defesa é de 10 dias.
- D.( ) A justificação será afinal julgada por sentença da qual caberá apelação no prazo de 15 dias.

86) Assinale a alternativa **CORRETA** de acordo com o Código de Processo Civil.

- A.( ) O recurso pode ser interposto pela parte vencida, pelo terceiro interessado e pelo Defensor Público quando este oficiou como fiscal da lei.
- B.( ) Argüida a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, o relator decidirá imediatamente a questão.
- C.( ) O julgamento tomado pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram o tribunal será objeto de súmula e constituirá precedente na uniformização de jurisprudência.
- D.( ) Será representada em juízo ativa e passivamente a herança jacente ou vacante, pelo inventariante.

87) Analise as afirmativas abaixo.

- I – O Poder Legislativo poderá tomar a iniciativa da desapropriação, cumprindo, neste caso, ao Executivo, praticar os atos necessários à sua efetivação.
- II – Declarados de utilidade pública, ficam as autoridades administrativas autorizadas a penetrar nos prédios compreendidos na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio de força policial.
- III – Os bens do domínio da União, Estados e do Distrito Federal poderão ser desapropriados pelo Município mas, em qualquer caso, ao ato deverá preceder autorização legislativa.
- IV – A declaração de utilidade pública far-se-á por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

São **CORRETAS**, segundo o Decreto-lei nº 3.365/41 (Lei das Desapropriações por utilidade pública).

- A.( ) I e II.
- B.( ) II e III.
- C.( ) III e IV.
- D.( ) I e IV.

88) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Não será concedida a medida liminar de mandados de segurança impetrados visando à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumento ou extensão de vantagens.
- II – O juízo competente para processar e julgar a ação popular é o da vara cível da respectiva unidade federada.
- III – O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias contados da publicação em órgão oficial do ato impugnado.
- IV – Quando a requerimento de pessoa jurídica de direito público interessada e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, o presidente do tribunal ao qual couber o conhecimento do respectivo recurso suspenderá, em despacho fundamentado, a execução da liminar e da sentença proferida em mandado de segurança.

É(São) **CORRETA(S)**, segundo as Leis nºs 1.533/51, 4.348/64 e 4717/65.

- A.( ) I e III.
- B.( ) I e IV.
- C.( ) Somente IV.
- D.( ) II e III.

89) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.

De acordo com a legislação vigente (Lei Estadual nº 6.107, de 06 de agosto de 1982), são atribuições dos Procuradores do Estado, por designação do Procurador-Geral do Estado:

- I – Ajuizar e contestar ações.
- II – Levantar exceção, reconvir e interpor recurso de qualquer natureza.
- III – Receber citações, intimações e notificações.
- IV – Transigir, desistir, acordar, firmar compromissos e dar quitação, quando autorizados expressamente pelo Procurador-Geral do Estado.

É(São) **CORRETA(S)**:

- A.( ) Somente II e IV.
- B.( ) Somente III.
- C.( ) Todas as afirmativas.
- D.( ) I, II e IV.

90) Analise as afirmativas abaixo.

- I – A Procuradoria-Geral do Estado de Santa Catarina é dirigida pelo Procurador-Geral do Estado, nomeado em comissão pelo Chefe do Poder Executivo, dentre os membros integrantes da carreira de Procurador do Estado.
- II – É atribuição do Procurador-Geral do Estado avocar a defesa do interesse do Estado em qualquer ação ou processo.
- III – À Procuradoria-Geral do Estado, órgão do Poder Executivo integrante da estrutura organizacional do Gabinete do Governador, compete representar os interesses apenas do Poder Executivo em Juízo, ativa ou passivamente.
- IV – Os Procuradores do Estado são responsáveis individualmente pelas ações e feitos judiciais e extrajudiciais para os quais forem designados, cumprindo-lhes envidar todos os esforços no sentido de bem defender os interesses do Estado.

São **CORRETAS**, de acordo com a legislação estadual vigente:

- A.( ) II e IV.
- B.( ) I e IV.
- C.( ) II e III.
- D.( ) I e III.

91) Assinale a alternativa **INCORRETA**, de acordo com a legislação estadual vigente:

- A.( ) A Defensoria Pública no Estado de Santa Catarina é exercida pela Defensoria Dativa e Assistência Judiciária Gratuita, nos termos de lei complementar à Constituição do Estado.
- B.( ) As atribuições institucionais da Procuradoria-Geral do Estado são exercidas pelos seguintes órgãos de execução: I - Procuradoria-Administrativa, à qual competem os processos que envolvam interesses de servidores e licitações; II - Procuradoria-Fiscal, responsável pelos processos judiciais e administrativos que tratem de matéria tributária e representação extrajudicial junto ao Conselho Estadual de Contribuintes; III - Procuradoria do Patrimônio, responsável pelos processos não incluídos nas atribuições das demais Procuradorias.
- C.( ) As atividades de consultoria e assessoramento jurídico das sociedades de economia mista, empresas públicas e demais entidades, controladas direta ou indiretamente pelo Estado, ficam sujeitas à orientação normativa e supervisão técnica da Procuradoria-Geral do Estado.
- D.( ) O Governador do Estado, o Procurador-Geral do Estado, o Procurador-Geral de Justiça, o Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil, dentre outros, estão legitimados à propositura da ação direta de inconstitucionalidade de lei ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual.

92) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.

De acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina, compete ao Estado legislar, concorrentemente com a União, sobre:

- I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- II – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- III – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.
- IV – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.

São **CORRETAS**:

- A.( ) Todas as afirmativas.
- B.( ) Somente I e IV.
- C.( ) Somente II, III e IV.
- D.( ) Somente I, II e III.

93) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.

De acordo com a Constituição do Estado de Santa Catarina, são bens do referido Estado:

- I – as ilhas oceânicas e costeiras situadas em seu litoral.
- II – as terras devolutas situadas em seu território, compreendidas as da União.
- III – todas as ilhas fluviais e lacustres localizadas nos limites do seu território.
- IV – a rede viária estadual, sua infra-estrutura e bens acessórios.

É(São) **CORRETA(S)**:

- A.( ) II e III.
- B.( ) Todas as afirmativas.
- C.( ) I, II e IV.
- D.( ) Somente IV.

94) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.

Conforme a Lei estadual nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Santa Catarina:

- I – A admissão ao serviço estadual dependerá sempre de aprovação prévia em concurso público, exceto para o provimento de cargos em comissão.
- II – É permitida a prestação de serviços gratuitos ao Estado.
- III – O funcionário nomeado para cargo efetivo ou em comissão fica sujeito a um período de estágio probatório, com o objetivo de apurar os requisitos necessários à confirmação no cargo para o qual foi nomeado.
- IV – Com a estabilidade adquirida, através do estágio probatório, o funcionário não pode ser demitido, senão em virtude de sentença judicial ou processo disciplinar em que se lhe tenha assegurado ampla defesa.

São **CORRETAS**:

- A.( ) II e III.
- B.( ) I e IV.
- C.( ) I, III e IV.
- D.( ) II, III e IV.

95) Analise as afirmativas abaixo.

- I – Nos termos do disposto na Lei estadual nº 5.624, de 09 de novembro de 1979, que dispõe sobre Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina, compete ao juiz dos feitos da fazenda processar e julgar as execuções fiscais de qualquer origem e natureza, assim como as causas em que a fazenda pública estadual for interessada.
- II – Conforme a Constituição do Estado de Santa Catarina, o controle externo, a cargo da Assembléia Legislativa, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, ao qual compete apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador, às quais serão anexadas as dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas.
- III – Ainda na forma da Constituição do Estado de Santa Catarina, qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.
- IV – Nos termos da Constituição do Estado de Santa Catarina, o Tribunal de Justiça, com sede em Florianópolis, atual capital do Estado, é composto de Desembargadores, nomeados dentre os magistrados de carreira, membros do Ministério Público e advogados.

São **CORRETAS**:

- A.( ) Somente II e IV.
- B.( ) Somente I e II.
- C.( ) Somente I, II e III.
- D.( ) Todas as afirmativas.

96) Considerando o enunciado abaixo, analise as afirmativas seguintes.

A Constituição do Estado de Santa Catarina prescreve:

- I – A Mata Atlântica, a Serra Geral, a Serra do Mar, a Serra Costeira, as faixas de proteção de águas superficiais e as encostas passíveis de deslizamentos são áreas de interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes homologada pela Assembléia Legislativa.
- II – O resultado da participação do Estado na exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos e carvão mineral para fins de geração de energia elétrica, e de outros recursos minerais em seu território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, será preferencialmente aplicado no setor mineral e energético e em programas e projetos de fiscalização, conservação e recuperação ambiental.
- III – Até a promulgação da lei que instituir o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro poderão ser expedidas, pelo municípios localizados na orla marítima, normas e diretrizes menos restritivas que as existentes sobre o uso do solo, do subsolo e das águas, bem como sobre a utilização de imóveis no âmbito de seu território.
- IV – Incumbe ao Estado, na forma da lei, exigir, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos prévios de impacto ambiental, a que se dará publicidade.

É(São) **INCORRETA(S)**:

- A.( ) Somente III.
- B.( ) II e IV.
- C.( ) Somente I.
- D.( ) Somente II.

**97) Assinale a alternativa CORRETA.**

- A.( ) Ainda nos termos da Constituição do Estado de Santa Catarina, todos os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual, em virtude de condenação judicial, serão feitos exclusivamente na ordem cronológica da apresentação de precatórios e à conta dos respectivos créditos.
- B.( ) A Constituição do Estado de Santa Catarina determina que os pagamentos devidos pela Fazenda Estadual, em virtude de condenação judicial, sejam efetuados através da designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para esse fim.
- C.( ) Conforme o disposto na Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, que estabelece a nova estrutura administrativa do Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, a administração pública estadual compreende a administração direta, constituída pelos órgãos integrantes do Gabinete do Governador, do Vice-Governador e das Secretarias de Estado, bem como a administração indireta, constituída pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista, entidades dotadas de personalidade jurídica.
- D.( ) Diz a Constituição do Estado de Santa Catarina que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, além da defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e individuais indisponíveis, também a representação do Estado de Santa Catarina, judicial e extrajudicialmente.

**98) Assinale a alternativa INCORRETA.**

- A.( ) Conforme a Constituição do Estado de Santa Catarina, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre os servidores públicos do Estado, bem como a criação de cargos e funções públicas na administração direta, autárquica e fundacional ou aumento de sua remuneração.
- B.( ) O texto da Constituição do Estado de Santa Catarina estabelece que são símbolos do Estado a bandeira, o hino, as armas e o selo.
- C.( ) A Constituição do Estado de Santa Catarina prescreve que os atos administrativos são públicos, salvo quando a lei, no interesse da administração, impuser sigilo.
- D.( ) O Procurador-Geral do Estado está impedido legalmente de contratar jurista de notória especialização para emitir parecer em questões complexas e de alta indagação jurídica.

**99) Assinale a alternativa CORRETA.**

O IPESC (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina) é:

- A.( ) sociedade de economia mista.
- B.( ) autarquia.
- C.( ) empresa pública.
- D.( ) fundação pública.

**100)** São, dentre outros, instrumentos de controle da Procuradoria-Geral do Estado, no que concerne aos serviços jurídicos das entidades da administração pública estadual indireta (Lei Complementar nº 226/02):

- A.( ) articulação, provimentos e negociação.
- B.( ) inspeção e mediação cautelar.
- C.( ) informação, correição e avocação.
- D.( ) representação e processo disciplinar.

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SC**  
**5º concurso público para Procurador do Estado - 10/2003**

**Prova Objetiva**

**Gabarito da Prova Objetiva**

<b>Nº da Questão</b>	<b>Tipo A</b>
<b>01</b>	<b>A</b>
<b>02</b>	<b>D</b>
<b>03</b>	<b>B</b>
<b>04</b>	<b>C</b>
<b>05</b>	<b>A</b>
<b>06</b>	<b>B</b>
<b>07</b>	<b>B</b>
<b>08</b>	<b>B</b>
<b>09</b>	<b>A</b>
<b>10</b>	<b>C</b>
<b>11</b>	<b>D</b>
<b>12</b>	<b>A</b>
<b>13</b>	<b>B</b>
<b>14</b>	<b>D</b>
<b>15</b>	<b>C</b>
<b>16</b>	<b>A</b>
<b>17</b>	<b>B</b>
<b>18</b>	<b>D</b>
<b>19</b>	<b>A</b>
<b>20</b>	<b>C</b>
<b>21</b>	<b>B</b>
<b>22</b>	<b>A</b>
<b>23</b>	<b>D</b>
<b>24</b>	<b>C</b>
<b>25</b>	<b>B</b>
<b>26</b>	<b>C</b>
<b>27</b>	<b>A</b>
<b>28</b>	<b>D</b>
<b>29</b>	<b>B</b>
<b>30</b>	<b>A</b>
<b>31</b>	<b>B</b>
<b>32</b>	<b>D</b>
<b>33</b>	<b>D</b>
<b>34</b>	<b>B</b>
<b>35</b>	<b>A</b>
<b>36</b>	<b>D</b>



<b>37</b>	<b>A</b>
<b>38</b>	<b>D</b>
<b>39</b>	<b>A</b>
<b>40</b>	<b>D</b>
<b>41</b>	<b>D</b>
<b>42</b>	<b>A</b>
<b>43</b>	<b>D</b>
<b>44</b>	<b>D</b>
<b>45</b>	<b>A</b>
<b>46</b>	<b>D</b>
<b>47</b>	<b>B</b>
<b>48</b>	<b>C</b>
<b>49</b>	<b>A</b>
<b>50</b>	<b>D</b>
<b>51</b>	<b>A</b>
<b>52</b>	<b>D</b>
<b>53</b>	<b>B</b>
<b>54</b>	<b>C</b>
<b>55</b>	<b>A</b>
<b>56</b>	<b>D</b>
<b>57</b>	<b>B</b>
<b>58</b>	<b>A</b>
<b>59</b>	<b>D</b>
<b>60</b>	<b>D</b>
<b>61</b>	<b>B</b>
<b>62</b>	<b>A</b>
<b>63</b>	<b>C</b>
<b>64</b>	<b>B</b>
<b>65</b>	<b>D</b>
<b>66</b>	<b>D</b>
<b>67</b>	<b>A</b>
<b>68</b>	<b>B</b>
<b>69</b>	<b>D</b>
<b>70</b>	<b>D</b>
<b>71</b>	<b>A</b>
<b>72</b>	<b>D</b>
<b>73</b>	<b>C</b>
<b>74</b>	<b>A</b>
<b>75</b>	<b>D</b>
<b>76</b>	<b>B</b>
<b>77</b>	<b>C</b>
<b>78</b>	<b>A</b>
<b>79</b>	<b>C</b>

<b>80</b>	<b>A</b>
<b>81</b>	<b>B</b>
<b>82</b>	<b>C</b>
<b>83</b>	<b>A</b>
<b>84</b>	<b>D</b>
<b>85</b>	<b>B</b>
<b>86</b>	<b>C</b>
<b>87</b>	<b>A</b>
<b>88</b>	<b>B</b>
<b>89</b>	<b>D</b>
<b>90</b>	<b>A</b>
<b>91</b>	<b>D</b>
<b>92</b>	<b>A</b>
<b>93</b>	<b>D</b>
<b>94</b>	<b>B</b>
<b>95</b>	<b>D</b>
<b>96</b>	<b>A</b>
<b>97</b>	<b>C</b>
<b>98</b>	<b>D</b>
<b>99</b>	<b>B</b>
<b>100</b>	<b>C</b>